

6881 MAR 10 1989

ESTADO DE SÃO PAULO

Saúde

10 MAR 1989

Saúde tentará taxar heranças

**Sistema Único de Saúde,
ainda em estudos, coloca
serviços do setor na
órbita do governo**

EDNA DANTAS

BRASÍLIA — O Sistema Único de Saúde (SUS) — cujo anteprojeto foi elaborado pela Universidade de Brasília e está em exame em quatro ministérios — poderá contar com a taxação de 5% sobre as heranças como fonte de recursos. O SUS integra o Sistema de Seguridade Social previsto no artigo 198 da Constituição e compreende o conjunto de ações e serviços de saúde a serem exercidos “diretamente pelo poder público e, de forma complementar, pelos serviços privados”, segundo definição do anteprojeto. As outras fontes de recursos previstas são o orçamento da Seguridade Social e mais uma porcentagem da arrecadação dos pedágios, taxas portuárias e aeroportuárias.

O anteprojeto da UnB, elaborado no seu Núcleo de Estudos de Saúde Pública (Nesp), propõe uma radical descentralização dos sistemas de saúde para os estados e municípios. Sua implantação foi iniciada em julho de 1987, através do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (Suds). Também recomenda a integração entre os órgãos de saúde através de um comando

único nas esferas federal, estaduais e municipais.

FORTALECIMENTO

A descentralização prevista no anteprojeto significa um fortalecimento estrutural e político do Ministério da Saúde, que assimilaria as atribuições do Inamps, que deverá ser extinto.

Após a análise e as alterações propostas pelos ministérios da Saúde, Previdência Social, Planejamento e Educação, o anteprojeto será encaminhado ao Gabinete Civil e, em seguida, à apreciação do Congresso. Nele é proposta a criação do Serviço Civil Obrigatório para profissionais do setor de saúde: médicos, enfermeiros, veterinários, farmacêuticos e bioquímicos. A regulamentação desse serviço civil será feita através de lei ordinária e se aplicará aos recém-formados, que serão designados para exercer suas atividades em áreas carentes no Interior do País.

Contra as críticas de que o anteprojeto seria estatizante, Eleutério Rodrigues Neto — um dos técnicos que elaboraram o trabalho — diz que a proposta “não tem esse tom de caça às bruxas, tão ao gosto daqueles que se locupletaram com os recursos públicos, ao longo dos anos de ditadura em que viveu a Nação”. Para Rodrigues Neto, é necessário um controle maior dos 4.500 hospitais privados contratados em todo o País que recebem recursos do poder público.